ATA Nº 03/2025

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

----------Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do seu Presidente, senhor Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, com a presença do primeiro secretário, senhor Geraldo Tavares Campas e da senhora Maria da Conceição Duarte Castro Portugal, para preencher o lugar vago na mesa devido a falta da segunda secretária, e restantes membros, senhores Afonso Portugal Ferreira da Silva, Pedro Miguel Gomes de Sousa, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Maria de Fátima Rodrigues da Fonseca, Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes, Diogo Ribeiro Santos, Jorge Fernando Silva e Sousa, Óscar de Pinho Brandão, Rui Filipe Vilar Gomes, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, Artur Miguel Quaresma Pereira Miller, José Maria de Oliveira Ribeiro, Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesias Chave, Escariz, Mansores, Moldes, Rossas, S. Miguel do Mato, Tropeço, Várzea, União de Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca e Covelo de Paivó e Janarde. ----------

----------Do executivo estiveram presentes, a senhora Presidente da Câmara, Margarida Maria de Sousa Correia Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Margarida Brandão de Oliveira e os senhores Vereadores Albino Jorge Cardoso Gonçalves, António Carlos Comes Duarte, Vítor Carlos Costa Carvalho e Maria Helena Pinto Rodrigues. ----------

----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, às catorze horas e quarenta e quatro minutos. ----------

----------Antes da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes. ----

----------Em seguida foi elencada a ordem de trabalhos: ----------

----------1 – PERIODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICIPES ----------

----------2 – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

----------2.1 – ATAS – APROVAÇÃO ----------

----------2.2 – CORRESPONDÊNCIA ----------

----------2.3 – DIVERSOS ----------

----------3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

----------3.1 – INFORMAÇÃO DA Sr.ª PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO ----------

----------3.2 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 2.ª REVISÃO ----------

----------3.3 – ORÇAMENTO – 2.ª REVISÃO ----------

---------- 3.4 – REGULAMENTO DA VENDA DE LOTES DE TERRENO E DE PRÉDIO URBANO DO LOTEAMENTO HABITACIONAL DA QUINTA DO CERRADO ----------

---------- 3.5 – DESAFETAÇÃO DO DOMINIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO DO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DA MATA – MANSORES ----------

---------- 3.6 – QUINTA DO REGUENGO (QUINTA SOCIAL COMUNITÁRIA) – APRESENTAÇÃO DO PROJETO --- ----------

---------- 3.7 – INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CONHECIMENTO ----------

---------- **1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES: ----------**

---------- No período de intervenção dos senhores munícipes interveio a senhora **Maria do Carmo Ferreira** que, depois de cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção referindo vários assuntos, nomeadamente a limpeza da estrada na zona da Casinha no acesso a Tropeço, da responsabilidade da Câmara, as Marchas de São João da Associação de Tropeço e a sua falta de divulgação do evento por parte da câmara municipal, o Encontro dos Seniores e a Escola de São João. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que o senhor Vereador está a tomar a devida nota e que com certeza será garantido a limpeza das vias. De seguida referiu que fruto das solicitações das associações, o município foi logo perentoriamente e de imediato respondeu afirmativamente à colaboração das marchas. Ainda não foi possível divulgar, quem faz a gestão desta comunicação é a equipa de comunicação. Referiu, também, que sobre o assunto relativamente à escola de São João, está entregue à Junta de Freguesia havendo um protocolo, um acordo com a Associação de Pais, sabendo que na escola são desenvolvidas outras atividades e que tem mais de 40 alunos todos os dias na escola, a desenvolver atividades fora do período letivo. Assegurou que vão melhorar os vários equipamentos que se encontram naquela escola.----------

---------- De seguida, interveio a senhora **Generosa Cruz** que, depois de cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção referindo que veio insistir nos anseios da freguesia de Tropeço. Referiu, de seguida, que faz parte de várias associações e atividades em Tropeço e que Tropeço merecia um espaço para guardar todas as coisas das várias atividades. Questionou a seguir se o projeto dos Clubes Seniores vai acabar ou se está projetado para continuar? ---

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** referiu que os projetos que estão a funcionar no município e que neste momento estão a ser financiados no âmbito das comunidades desfavorecidas irão continuar, nomeadamente os clubes seniores. Referiu que têm 16 clubes seniores nas freguesias, em todas as freguesias, com a colaboração dos senhores Presidentes de Junta e que, portanto, é um projeto que vale a pena continuar. ---- ----------

----------De seguida, interveio o senhor **Nelson Pinho** que, depois de cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção referindo que a freguesia de Tropeço tem sido pouco apoiada pela Câmara, que não tem nenhumas infraestruturas fundamentais para a população. De seguida referiu que no lugar da Ribeira, Tropeço, foram plantadas algumas árvores junto á Ecovia, mas que é necessário regá-las e que ainda estão os sinais no chão. -

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** referiu que o senhor Vereador está a tomar a devida nota, porque têm uma empresa que faz a gestão da Ecovia e que, portanto, isso é algo que não está conforme e que irá ser relatado. ----------

----------De seguida, interveio a senhora **Amélia Cruz** que, depois de cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção referindo que o principal espólio que têm é o do Ciclo do Linho, que pode ser exposto em algum lugar. De seguida referiu que a escola de Bacelo é um símbolo da freguesia de Tropeço e que deveria ser aproveitada para atividades da freguesia. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** referiu que realmente estes projetos que tem vindo a desenvolver, podem a partir de aqui nascer outros projetos e outras iniciativas e que a senhora Vereadora já tomou nota para com os elementos do grupo, para que se faça a tal reunião de levantamento do espólio, porque a partir daí poderemos tentar ver o que é que é possível fazer. ----------

----------De seguida, interveio o senhor **Rui Vilar** que, depois de cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção referindo que ouve as pessoas de Tropeço a falarem constantemente nas mesmas coisas e nas mesmas reivindicações e infelizmente a resposta é sempre a mesma e nada é resolvido. As pessoas de Tropeço estão aqui há mais de um ano a fazer reivindicações. ----------

----------2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

----------2.1 – ATAS – APROVAÇÃO: ----------

----------A ata 2/2025 será posta a discussão e aprovação na próxima reunião. ----------

----------2.2 CORRESPONDÊNCIA: ----------

----------Como a correspondência foi enviada para todos, via email, este ponto da ordem de trabalhos foi cumprido. ---- ----------

----------2.3 DIVERSOS: ----------

----------Interveio o senhor **Óscar Brandão**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida, começou por referir que na última reunião da Assembleia Municipal, o deputado do PS, senhor Pedro Sousa, comentou a posição do PSD relativamente à questão da água e que a difusão que o senhor Pedro Sousa fez da adesão de Arouca ao sistema intermunicipal, estava errado. Continuou dizendo que tem vários dossiês sobre a questão da água e de seguida leu algumas questões que foram colocadas, quer por ele, quer pela bancada do PSD. E, referiu, que já em 2012, a ata respetiva diz sobre esta matéria: “Senhor Óscar Brandão afirmou que uma medida

muito contestada, a de adesão às águas do Noroeste, porque acha, subjacente ao processo, está a intenção de aumentar a água. E que os autarcas do PSD se vão abster na votação, porque preocupa-os o aumento esmagador do preço da água. E de seguida leu o sétimo ponto da adesão desse mesmo documento". Continuou referindo que houve uma votação, por braço no ar, tendo sido aprovado com 14 votos a favor, 7 contra e 9 abstenções, e que inclusive está na ata a posição do senhor Luis Carlos Brandão, que fez uma declaração de voto dizendo que a bancada do partido votou contra, porque teme o aumento do tarifário da água. Referiu ainda que sobre esta matéria, em 20/04/2016, o PSD apresentou uma moção, que foi aprovada por larga maioria e que essa moção se refere ao abastecimento da água, defendendo nesse momento a necessidade de acautelar os interesses dos arouquenses relativamente ao investimento de água no concelho e ao seu custo, após o processo de reestruturação do setor das águas. E depois pediram que a moção fosse enviada para os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e para o senhor Ministro do Ambiente. Continuou referindo que há outras tomadas de posição do PSD relativamente a esta matéria e inclusive na Câmara Municipal, em que os vereadores do PSD votaram contra, e que, portanto, não é justo, não é correto e não é sério o que senhor Pedro Sousa disse na última Assembleia e que espera que seja corrigido definitivamente. Referiu ainda que foram sempre muitas as reservas sobre esta matéria que o PSD teve e que o PSD aqui não ficou em cima do muro, teve uma posição clara e objetiva e que teve uma posição não só através das declarações de voto a essa votação, como também através de uma moção e que, inclusive, os deputados na assembleia metropolitana do Porto também se pronunciaram sobre esta matéria. De seguida referiu que está bastante sensível com a matéria que tem a ver sobre a mobilidade dos passeios. Que uma terra que não cuida dos seus passeios, não está verdadeiramente a cuidar das suas pessoas e que são inúmeros os relatos de cidadãos que enfrentam dificuldades reais para se deslocarem a pé e com segurança no nosso município. Os passeios degradados continuados, larguras insuficientes, obstruídos por postes e caixotes, estacionamentos irregulares, atravessamentos perigosos, ausência de rampas, pisos escorregadios ou irregulares, é a realidade com que muitos dos concidadãos se deparam ao longo de todos os dias. E que os mais penalizados são os mais idosos, as crianças, as pessoas com mobilidade reduzida, os cidadãos em cadeira de rodas, os pais com carrinhos de bebé e que esta situação não dignifica Arouca. E que não se deve continuar a negligenciar a base do espaço público pedonal, espera que se invista na mobilidade e que se dê uma atenção especial a esta área, porque investir na mobilidade pedonal é promover a saúde pública, valorizar o comércio de proximidade, reduzir o tráfego automóvel e melhorar a qualidade de vida. De seguida mencionou outro assunto, referindo a incapacidade da senhora Presidente da Câmara em cumprir a Lei 75/2013, que obriga a transferência de competências e meios para as Juntas de Freguesia. Que passaram 8 anos e nesta matéria nada foi feito e que continua a reter poderes que pertencem por direito próprio e por lei às Freguesias, o primeiro elo de proximidade com a população. E que as Juntas de

Freguesia merecem respeito, confiança e meios para servir os cidadãos. E que ao longo de todos estes anos o PSD pugnou nesta Assembleia para que a lei fosse cumprida. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, começou por dizer que relativamente à mobilidade muito foi feito, mas muito ainda há para fazer. Que há que reconhecer que muito foi feito em termos de mobilidade e quem circula pela Vila reconhece isso mesmo, mas que há muito ainda para fazer. De seguida referiu que o município lançou os modos suaves desde a rotunda do Tribunal até a Alhavaite e que tem custo de 1.200.000,00 de euros e que essa é uma obra que é necessária para garantir a mobilidade, não só daqueles que têm mobilidade reduzida, mas de todos. Referiu, ainda, a última intervenção de modos suaves na Alhavaite/Burgo, os procedimentos para criação de passeios em Fermedo, em São Miguel do Mato da rotunda até à Junta de Freguesia e a intervenção que está a ser feita neste momento em Chave. Quanto à delegação de competências para as Juntas de Freguesia referiu que é um processo que pode partir das Juntas de Freguesia e que a última proposta que esteve em cima da mesa, houve uma aceitação de duas Freguesias e foi feito um levantamento dos custos que o município tinha com essas mesmas competências e que como a lei diz que não pode haver aumento da despesa e que, portanto, foi um trabalho que foi feito de uma forma exaustiva e que tem que ser naturalmente atualizado para que os senhores Presidentes de Junta tenham a noção para assumirem determinadas competências. Relembrou que transfere anualmente uma verba mensal para as Juntas de Freguesia para a limpeza dos caminhos vicinais. ----------

----------Interveio o senhor **Luís Almeida**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida questionou a senhora Presidente da Câmara qual o ponto de situação em relação à PERM. Se foi extinta? E se não foi, se essa situação já está resolvida? De seguida questionou a notícia do Jornal de Notícias do dia 22 de junho, que refere que os passadiços de Arouca fazem explodir turismo em Arouca, mas que, referiu, deparou-se com uma notícia que não corresponde à realidade e queria saber se a Câmara tomou alguma posição de pedir um pedido de desculpas da parte do jornal. Continuou, que é uma notícia que não corresponde à verdade e que deveria ser desmentida. E que neste caso a autarquia deveria questionar o jornal e a jornalista sobre esta situação. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, começou por dizer que a questão sobre o PERM, é um processo que decorre, que leva algum tempo e que, portanto, está a decorrer acompanhado pelos serviços jurídicos da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. Sobre a notícia dos passadiços no Jornal de Notícias, referiu que é um artigo de iniciativa da jornalista e que não tem protocolo nenhum com o jornal, não é pago pelo município. ----------

----------Interveio o senhor **José Maria Ribeiro**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e, de seguida fez referência ao ar-condicionado colocado na sala, que espera que não tenham deslocado recursos aos funcionários que tanto lhes fazem falta para poderem ter boas condições para trabalhar, para não estar aqui a

beneficiar os membros da Assembleia Municipal. De seguida referiu as passadeiras inteligentes que não têm luz, nem funcionam, porque fazem as obras e depois não as mantêm, assim como todos os ecopontos do Concelho que estão completamente degradados, sem qualquer tipo de intervenção, de limpeza, em que quando são retirados os resíduos, o lixo fica à volta. E que a sinalização luminosa quando fazem obras depois não tem qualquer tipo de manutenção e basta ir pela Avenida abaixo e vê-se o que é que se passa com sinais partidos, todos sujos, outros sem iluminação. De seguida referiu as diversas queixas que são feitas sobre a poluição do Rio Paiva e citou um jornal local do dia 29/06/2021, em que é referido pelo município e passou a citar: "Vamos reforçar a exigência de uma intervenção urgente no terreno junto das entidades com competência para a matéria." Continuou referindo que passaram 4 anos e o que é certo é que as constantes denúncias se mantêm, quer das pessoas, quer de muitos visitantes que aqui vêm e publicam fotos e que não é só no Rio Paiva, no início deste mês houve alguém que publicou uma fotografia do Rio Agualva completamente branco com espuma e que não se sabia qual era o motivo dessa ocorrência ambiental que ali estava. De seguida questionou a sra. Presidente da Câmara se pode garantir que este género de incidentes não irá acontecer, quer no Rio Agualva, quer no Rio Paiva? Questionou, também, quantas bandeiras azuis é que vamos ter este ano no Concelho de Arouca, nomeadamente, no Rio Paiva? De seguida referiu que a empresa que está a fazer a limpeza dos passadiços não está a cumprir com o contrato, porque é passar lá e ver a quantidade de mato que existe de volta dos passadiços e questionou se a senhora Presidente está nas condições de acalmar os arouquenses que este ano, perante este calor que nós estamos a ter agora, não vamos ter qualquer tipo de problema em relação a incêndios, nomeadamente naquilo que respeita à limpeza? ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, começou por dizer que o município não tem qualquer responsabilidade direta na gestão, na recolha ou tratamento das águas residuais e que, portanto, não tem qualquer controle, mas que, no entanto, sempre que tomam conhecimento de situações anómalos são de imediato reportadas às entidades, nomeadamente ao SEPNA, APA, SIMDOURO e Águas do Norte. E que, portanto, tem vindo a acompanhar para garantir que a devida fiscalização é feita. Referiu ainda que os nossos rios continuam a albergar espécies que estão em vias de extinção, espécies que são indicadores de um bom ambiente, um bom ambiente marinho, que é o caso da lontra, dos alfaiates, que é um sinal muito positivo da qualidade geral da água. Sobre a bandeira azul referiu que foi uma opção do município, porque são rios de montanha e que rapidamente o cenário, fruto de cheias, de enxurradas, as condições variam muito e que, portanto, a saúde faz com regularidade as suas análises, têm equipas que circulam em todas as áreas de lazer, precisamente para ir tomando as precauções, a vigilância e sensibilizando todos, para medidas eventuais que sejam necessárias. Quanto aos passadiços e ao cumprimento do procedimento que está em curso, referiu que cada procedimento tem um gestor e que, portanto, cabe ao gestor desse procedimento verificar e não havendo

cumprimento, há regras, há normas e há procedimentos internos que são seguidos e que é certamente isso que está a acontecer. E que a empresa foi notificada efetivamente para cumprir aquilo para o qual foi contratualizado. ----------O senhor **José Maria Ribeiro** voltou a pedir a palavra que referiu que os outros concelhos também sofrem as questões do clima, mas que o que é certo é que os outros concelhos também têm bandeiras azuis e com certeza que não darão como desculpa que é o clima, que é intempérie, que é a nossa falta de capacidade de responder neste momento a estas grandes alterações climáticas de que a senhora Presidente fala e que acha que é uma falta de competência do município. Referiu, também, que o Rio Paiva está completamente poluído e que não se lembra de ter tanta poluição e que é por falta de competência de quem está neste momento nas decisões quer nos municípios, quer as entidades que regem as ETAR. Referiu, ainda, uma entrevista da senhora Presidente que disse que iria reforçar a exigência junto das intervenções urgentes e que não reforçou nada. Questionou quantas reuniões teve com as entidades que gerem este género de equipamentos, para tentar perceber e tentar solucionar estes problemas. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, começou por convidar o senhor deputado a ir ver quais são as competências do município relativamente a esta matéria, e de seguida pediu ao senhor Presidente da Assembleia para solicitar a APA, a Agência Portuguesa do Ambiente, e a CCDRN para vir a esta Assembleia, prestar os devidos esclarecimentos. ----------

----------Interveio a senhora **Fátima Fonseca**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e, de seguida referiu que é verdade que o Rio Paiva tem dias em que não está em condições. Que muitas vezes tem grandes quantidade de espuma. De seguida fez um alerta sobre os passadiços, referindo que há pessoas que ainda se queixam da falta de alguma sinalização no que se refere aos passadiços e à entrada da ponte suspensa. Continuou referindo que a ligação que vai de Espiunca para Alvarenga, a estrada é estreita, que por vezes passam lá autocarros e que se torna complicado, que há necessidade de colocar ali uma sinalização de proibição. Uma outra situação seria colocar uns espelhos no cruzamento da Armada, quem vira para Espiunca e para Canelas, porque quem vem de Espiunca e de Canelas para virar para o lado do Areinho acaba por ser complicado. De seguida referiu que o que mais a preocupa, após o corte das árvores, é a zona perigosa que vai da Espiunca para Canelas, conhecido por Reta da Reboleda, e que existe uma curva muito perigosa e um deslize é morte certa pelo monte abaixo e que precisa urgentemente de uma proteção. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, começou por dizer que tomou as devidas notas, que no cruzamento da Armada é da responsabilidade do IP e não pode ser o município a colocar os espelhos. Sobre a curva referida que está finalizado o procedimento para a colocação de proteções. ----------

----------Interveio o senhor **Afonso Portugal**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e, de seguida referiu que quem manda nos rios em Portugal é o Estado e que nenhuma autarquia de Portugal pode

interferir seja no que for em qualquer rio do nosso país e que todas as intervenções ativas e passivas só podem ser feitas a mando do Estado. De seguida referiu que os rios periodicamente são poluídos e que já não é de agora. Que há 50 ou 60 anos já havia poluição, sendo que as variantes de poluição podem ser diferentes, mas que sempre aconteceu. Referiu ainda que antigamente havia os guarda rios, que controlavam tudo o que tinha ligação com o rio, seja a poluição, a fauna e a flora. Nos dias atuais será a Câmara e as próprias pessoas a denunciar as situações perante quem de direito, nomeadamente perante a APA, para que tome medidas. De seguida referiu que deveria vir à Assembleia a APA para indicar as medidas passadas, presentes e futuras que vão tomando, para que este flagelo diminua substancialmente. De seguida referiu a questão da adesão à Águas do Noroeste. Que foi uma discussão forte, civilizada e que foi aqui tida nesta Assembleia, que até em mais do que uma Assembleia e essa matéria foi muito discutida. Recordou que ele próprio foi extremamente crítico sobre essa matéria, porque achava que era uma concentração demasiado grande para que alguém viesse a ser beneficiada e que a prova disso é que ninguém beneficiou com esta tomada de posição. De seguida referiu que na altura a tal moção que foi aprovada na Assembleia e que foi enviada aos Grupos Parlamentares que nada fizeram, foi para arquivo. De seguida referiu que as entidades responsáveis não querem fazer o saneamento, porque é caro a sua execução e que algum saneamento vai sendo feito porque a Câmara Municipal o está a pagar, o que competia à Águas do Norte. ----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Sousa**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e, de seguida referiu que sobre a intervenção do senhor Óscar Brandão e a questão da água, do seu ponto de vista ficou na mesma, no sentido em que o PSD na Assembleia resultou numa abstenção e que na vereação foi voto contra e que acha que assim define exatamente o que é o meio do muro, que é poder ter as votações de 2 maneiras para poder defender qualquer uma delas. De seguida referiu que os elementos do PSD há 2 anos juraram aqui que para este tema importantíssimo, preocupava na altura, têm solução para baixar o preço da água e que podem propor solução, mas que não a propõe e que isso é que é importante à data de hoje. De seguida referiu que também concorda com a vinda dos técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente a esta Assembleia, para ficarmos todos mais esclarecidos e se calhar com mais ou menos argumentos para criticar. ----------

---------- De seguida referiu a visibilidade que Arouca tem tido na imprensa, achando que isso é também destacar o dinamismo que Arouca tem e porque é alicerçada em ações concretas, em trabalho real e que leva a uma maior participação cívica, a maior transparência. E que é também reconhecido como uma reputação positiva, uma coisa muito importante para atrair investimento e impulsionar o desenvolvimento e que, portanto, quando se procura potenciar um território em diversas componentes, nenhuma componente deve ser esquecida, citando de seguida um artigo duma plataforma de cidadania. De seguida fez referência a dois importantes reconhecimentos que deram à Câmara, nomeadamente, o galardão como excelência autárquica no envelhecimento pelo trabalho

desenvolvido junto da população mais velha e o galardão das boas práticas municipais da participação juvenil. Parabenizou, também, pelo reconhecimento da aldeia mágica – Drave - como um ícone de referência nacional, reconhecimento da autenticidade da preservação do espaço como trabalho extraordinário que os escuteiros lá têm feito e da experiência única de quem o visita. De seguida destacou o arranque do parque da saúde, achando que vai ser uma obra charneira no nosso Concelho, também a decisão de avançar com a empreitada para a ligação do Rossio ao nó de Escariz e as obras de requalificação do Polidesportivo da Boavista, criando um espaço para o Pádel. ----------

----------Interveio o senhor **Rui Vilar**, que quanto à delegação de competências referiu que a senhora Presidente refere que a culpa não é da Câmara, mas sim das Juntas de Freguesia porque não pedem a delegação de competências. E que a senhora Presidente deveria ter a obrigação de fazer tudo para resolver os problemas que existem no território de Arouca e não culpar outras entidades, como é hábito, referiu, seja sobre o Rio Paiva, a escola de Tropeço, o preço da água. De seguida mencionou os transportes nas freguesias, referindo que terminaram as aulas e com elas, em muitas freguesias do nosso Concelho, terminaram também os transportes escolares e que, para muitas populações, este era o único meio de transporte público disponível, o que significa que neste momento existem freguesias totalmente isoladas em termos de mobilidade e de seguida questionou quantas e quais são as freguesias que a partir de agora ficaram sem qualquer tipo de transporte? E que soluções de transporte foram preparadas ao longo deste ano? De seguida referiu que há acesso desigual aos apoios municipais de transporte por motivos de saúde. E citou um caso de uma senhora reformada que solicitou apoio ao transporte, mas que o pedido foi recusado com o argumento de que tem filhos empregados e com capacidade económica para a transportar. E que, no entanto, uma outra senhora, também reformada, cujo pedido foi aceite, porque o filho está desempregado e, portanto, considerado sem meios para ajudar. E que sobre isso levanta uma questão de fundo, estamos a avaliar a situação dos próprios utentes ou a aplicar critérios com base em suposições sobre os seus familiares? Será justo recusar apoio a uma pessoa idosa apenas porque tem filhos empregados, independentemente da sua real disponibilidade ou das suas próprias responsabilidades familiares e profissionais? E, continuou, todos os cidadãos devem ser tratados com igualdade e dignidade. De seguida deixou alguns apelos à senhora Presidente, como apresentar um levantamento das freguesias sem transporte a partir deste mês, quais as soluções concretas que foram preparadas para garantir transporte de proximidade durante o ano inteiro e clarificar os critérios de acesso aos apoios ao transporte por razões de saúde, garantindo justiça, transparência, coerência e equidade. De seguida questionou o que é que o município preparou para os jovens neste Verão? Referiu que estamos a entrar em período de férias escolares e a população jovem é muitas vezes esquecida, referindo aos jovens do segundo e terceiro ciclos do secundário e universitários, que ficam muitas vezes sem propostas ou ocupações que façam sentido para a sua idade. De seguida fez referencia ao torneio de futebol

infantil de verão, que infelizmente o entusiasmo das crianças e o esforço das organizações contrastam com as condições do espaço, fazendo referência ao campo do torneio interfreguesias, que acolhe jogos semanalmente com jovens e adultos, mas continua sem bancadas dignas, com um piso em mau estado e sem qualquer cobertura, mesmo depois de anos de apelos feitos pelos pais, pelos atletas, treinadores e equipas que jogam nesse campo e que por isso questionou, como pode o município manter espaços desportivos nestas condições? De seguida fez um apelo para este espaço, que seja finalmente alvo de melhorias há muito reivindicadas e merecidas. De seguida questionou porque não pensar em alargar este torneio a todas as freguesias de Arouca ou pelo menos àquelas que têm condições, com complexos desportivos e, assim, para o torneio ser de uma vez por todas descentralizado. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, começou por dizer que relativamente às questões do transporte público, o município está a cumprir, agora debaixo do conceito e da marca UNIR. Continuou referindo que têm sido feitas reuniões de acompanhamento para que a rede, dentro daquilo que foi o concurso que foi lançado, se aproxime cada vez mais daquilo que são as necessidades das comunidades e que o ideal era termos uma cobertura integral de todas as freguesias. Continuou referindo que isso não é possível, porque não temos utentes para garantir a eficácia e eficiência de uma rede destas, mas que está a ser trabalhado e que, aliás, o município já comprou viaturas elétricas e está a estruturar um projeto que garanta que as freguesias, que não têm cobertura desta rede de transportes da rede UNIR, possa garantir que, principalmente a população mais sénior, tenha cobertura pelo menos nalguns dias da semana ao longo do mês. De seguida referiu, que quanto ao transporte por motivos de saúde, tem que se analisar as situações, situações concretas. E que têm um programa, que já tem vários anos e que é um programa que é Saúde em Movimento, que dá apoio a situações de doentes oncológicos e doentes que necessitam de um reforço de acompanhamento e de mobilidade, que é um serviço que é prestado pelos Bombeiros Voluntários. Referiu, de seguida, que nos últimos anos, o município lançou as férias inclusivas. Que as Associações de Pais e Centro Juvenil têm programas de férias para todas as idades, em que o município comparticipa as férias inclusivas para os jovens e crianças com mobilidade reduzida e para crianças cujos pais têm dificuldades e porque é necessário um acompanhamento muito especializado, cujas respostas são difíceis e o município criou uma resposta adequada e que tem um efeito extraordinário. Continuou referindo que têm um programa, agora, que é o voluntariado jovem no Arouca Geopark, com o apoio também do município, que tem iniciativas ambientais. Além disso, continuou, têm os equipamentos, nomeadamente as piscinas, os equipamentos sempre disponíveis, com qualidade para que os jovens e todos os arouquenses possam usufruir destes equipamentos. Referiu, ainda, que o município está a desenvolver um projeto para ampliação das instalações desportivas, em Arouca e Escariz, e que, aliás, vai iniciar em breve a ampliação do ginásio do complexo desportivo de Escariz. ----------

----------O senhor **Rui Vilar** voltou a pedir a palavra referindo que sobre o transporte de doentes, não estava a falar dos doentes oncológicos, mas de outras situações isoladas e mais pontuais que vão acontecendo e que a resposta vai variando em função dos critérios e que sobre o ponto de vista dos utentes, estão mal definidos, e era isso que lhe solicitava que visse com maior brevidade. De seguida perguntou em relação ao orçamento participativo de Chave, onde a comunidade participou, votou e ganhou o projeto com mais de 2 anos e que até agora nada foi feito. Mas que as pessoas que ganharam o prémio e as populações que ganharam o prémio querem saber quando é que essa obra arrancará? Sobre os transportes referiu que esta questão já deveria estar resolvida, estão a terminar as aulas e já devia estar essa solução preparada e no terreno para resolver o problema dessas populações. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** referiu que não se recorda qual foi o projeto ganhador no orçamento participativo de Chave, mas porque alguns projetos são mais difíceis de execução ou porque não foi possível arranjar empreiteiro ou porque o projeto se complicou por várias razões, mas com certeza, se foi um projeto ganhador, vai ser um projeto que se vai concluir. ----------

----------Interveio o senhor **Afonso Portugal** para referir que não gostou de uma expressão por parte do deputado Rui Vilar de chamar "coitadas" as pessoas de Tropeço e que deveria pedir desculpa. ----------

----------Interveio o senhor **Rui Vilar** para referir que foi mal interpretado e que o que disse foi no sentido precisamente de como a Câmara trata a população de Tropeço. E recordou como há uns meses o senhor Afonso Portugal, aqui, se referiu à população de Tropeço, que depois teve resposta de viva-voz dessa própria população cara a cara, concluiu. ----------

----------Interveio o senhor **José Luís Fevereiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Chave, que começou por cumprimentar todos os presentes, e, de seguida referiu que foram criadas as Mini-Etars mas que de Mini-Etar não têm nada, porque vieram resolver alguns problemas, mas infelizmente criaram outros e que Arouca está a sofrer consequências dessas situações a montante. De seguida falou sobre o orçamento participativo de Chave, referindo que sabe que está um bocadinho atrasado, mas acredita que vai ser concluído a breve prazo. De seguida fez um agradecimento à Câmara pelo empenho que teve nas obras de requalificação da Unidade de Saúde de Chave e um apelo à responsabilidade de todas as entidades, no sentido que seja concretizado o destino para a qual foi projetado. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** referiu que relativamente ao orçamento participativo de Chave, é verdade que está um pouco atrasado, é um parque infantil, mas que se está a preparar para lançar o procedimento. ----------

----------**3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------**

---------- **3.1 INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:** ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação das várias atividades explanadas no documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

---------- Interveio o senhor Artur Miller, que após cumprimentar todos referiu que este relatório, apesar dos detalhes técnicos e das ações pontuais, revela mais uma vez a ausência de uma visão estratégica para o concelho de Arouca. De seguida mencionou a mensagem da senhora Presidente, a propósito de cada documento referente à informação municipal e de seguida destacou a mudança verificada ao longo do presente mandato e do próprio boletim no que toca, por exemplo, ao índice do documento em que as empreitadas, a administração direta e os projetos aparecem em primeiro lugar, seguido do desenvolvimento económico e empreendedorismo. Que, de certa forma, sinaliza o reconhecimento da pertinência das observações aqui realizadas, nas quais aludiu ao facto de que em muitos documentos de muitos boletins, o turismo aparecia sempre em primeiro lugar, o que demonstrava de certa forma que esta área, era a área em que a Presidente do executivo municipal alicerçava aquilo que era o alfa e o ómega da sua estratégia política. E que na sua opinião, isso reconhece agora que por mais importância que tem esta área, o desenvolvimento económico não pode deixar de ser o principal foco de qualquer estratégia para o progresso do concelho. Continuou referindo que a listagem exaustiva de ações, requalificações, iniciativas diversas, transmite a ideia de uma Câmara hiperativa, mas não de uma Câmara planificada e que se confirma que a governação municipal parece mover-se à boleia de oportunidades de financiamento, nomeadamente do PRR, sem um guião estruturado de futuro para o concelho. E que o executivo continua a confundir execução física com governação pública e governar não se resume a requalificar, é necessário melhorar a vida das pessoas com base em indicadores, metas e resultados. De seguida fez uma análise do documento, referindo o projeto Europa Digital, as Bicicletas, os Bairros comerciais e o Centro Cívico de Cabreiros, questionando de que forma esta construção está ligada a uma visão mais ampla para aquela freguesia? E que sobre o vazio ocupacional do dia a dia e o atenuar do sentimento de isolamento, solidão e exclusão, perguntou se de alguma forma está planeado mais algum investimento na freguesia? E de que forma podemos mitigar aquilo que é a perda de população e o envelhecimento progressivo? De seguida fez referência ao programa Terra Nossa, referindo que surgiram queixas efetivas da população que indicam a necessidade de uma melhor articulação de serviços do município, incluindo na política de comunicação. No que se refere ao turismo, referiu que existe um investimento significativo na promoção turística, como atividades no Geopark, e perguntou onde é que está o apoio efetivo, alojamento local e a restauração? Não conseguindo vislumbrar a informação neste documento. E o que está a ser feito para garantir a sustentabilidade ambiental e ordenamento

do território face ao crescimento da procura? Alertando para a poluição dos rios, assim como para as estratégias de preservação da floresta. No que se refere à ação social perguntou qual é a articulação com o serviço de saúde, educação e habitação e onde estão os indicadores de pobreza? A exclusão ou isolamento do Concelho? De seguida congratulou o município pela medalha de grau ouro atribuída à Real Irmandade Rainha Santa Mafalda, que felizmente ainda foi recebida em vida pelo Cónego Arnaldo Pinho. Referiu ainda que o relatório de atividades municipais apresenta um retrato tecnicamente detalhado, mas politicamente vazio e que a grande obra que se vislumbra é a construção do novo centro de saúde, cuja necessidade foi identificada aqui, inclusivamente por membros desta bancada. De seguida referiu que há situações que permanecem sem solução, umas assinadas ao longo de todo o mandato, como a solução para a Feira de Cabeçais e a requalificação da estrada nacional 224. Referiu, ainda, que a ligação de Rossio ao nó da Abelheira, Escariz, está prevista apenas um pequeno troço, aliás, realizado agora em período eleitoral, mas que essa ligação é urgente, pelo que convém que haja um efetivo esclarecimento. Terminou questionando para quando a ampliação da unidade de Saúde de Escariz. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que o documento é um relatório de atividades e que relata aquilo que é a atividade municipal neste período que está em causa, não é nenhum documento estratégico. De seguida referiu que todos os documentos são públicos e que fazem a monitorização de projetos, como fazem relativamente à Carta Social, sobre o envelhecimento ativo, o Projeto Sorrisos, que também é um projeto extraordinário. E que, portanto, não faltam indicadores e estão lá nestes documentos. Sobre o Bairro Digital referiu que tem regras e o município candidatou-se, mas este Bairro Digital só poderia ser em áreas com determinadas características e que, portanto, concorreram com algum receio de que este centro não pudesse ser contemplado, mas que felizmente valeu a pena o esforço. Referiu ainda que circulando pela Vila de Arouca, hoje, é possível ter rede wireless com qualidade em todos os sítios e em todos os pontos de Arouca. Sobre o apoio à restauração referiu que muito o município tem feito, que é angariar pessoas, dinamizar e ter o território preparado para que as pessoas possam fazer negócio. Relativamente ao programa Terra Nossa referiu que, segundo a própria organização, foi um dos melhores programas e que, portanto, também está curiosa para ver o resultado final que sairá um dia destes. ----------

----------Interveio o senhor **José Maria Ribeiro** que referiu o assunto do Parque Campismo do Merujal e que há 3 anos a autarquia optou por intervir nos balneários e na área técnica de autocaravanas, ignorando o que era desde o início a prioridade, a cobertura do edifício. Referiu que alertou na altura e que como qualquer intervenção numa infraestrutura com infiltrações, deve começar pelo telhado. Continuou referindo que o alerta foi ignorado e que o bar, o restaurante e a receção ficaram praticamente inoperacionais e o Parque tem estado encerrado ou com funcionamento muito reduzido. Que só agora se avança com a cobertura, mas tarde demais e os 2 concursos públicos lançados ficaram desertos. Referiu ainda que o verão de 2025 está comprometido e

provavelmente também os 2026 e 2027. De seguida questionou a senhora Presidente sobre que medidas tomou ou pondera tomar para compensar o atual concessionário pelos prejuízos acumulados ao longo destes anos em que suportou custos? E que planos reais tem para o futuro do Parque de Merujal? Que deveria incluir um investimento estruturado que permita quebrar a atual sazonalidade, nomeadamente com a construção de bungalows, com condições adequadas às exigências de visitantes. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** referiu que no Parque de Campismo foi feita uma primeira intervenção, uma primeira fase nos balneários, que não era possível fazer uma outra intervenção, para garantir que o concessionário se mantinha. E que era viável fazer a intervenção, por partes, faseado, para garantir o funcionamento do Parque de Campismo. Referiu, de seguida, que lançaram um segundo concurso, mas ficou deserto e que estão a procurar junto de empreiteiros, para que vão ao local e ver. Referiu que o concurso ficou deserto devido aos prazos e os valores. E que se há coisa que querem, é ter um Parque de Campismo operacional. De seguida referiu que tem falado com o concessionário que lá está e que os serviços estão a analisar para ver o que é que podem fazer para além do não pagamento das rendas. E que sobre os bungalows também está previsto no projeto, não nesta fase, mas numa terceira fase. ----------

---------- Interveio novamente o senhor **José Maria Ribeiro** referindo que há 3 anos atrás, aqui, neste mesmo local, questionou a senhora Presidente se tinha a certeza ou se sabia qual o tipo de lotação que o Parque de Campismo iria ter e que a senhora Presidente não sabia. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara,** referiu que foram lançadas duas empreitadas para o Parque de Campismo e ficaram desertas e que com todo o procedimento que tem que ser feito, os trâmites que têm que decorrer e que, portanto, não foi lançado no verão, mas sim lançado para que no verão pudesse estar feito. --- ----------

---------- Interveio o senhor **Rui Vilar** que, sobre o ponto onde fala no hotel MS Colection Arouca, levantando uma questão que lhe parece preocupante, que é a utilização do espaço público como Parque Privativo para uma entidade privada, sem que até agora exista informação clara ou deliberação conhecida, que legitime tal afetação. Referiu que recentemente foi instalada sinalética a indicar o Parque Privativo do Hotel, numa zona que sempre foi considerada sensível, com fortes restrições à circulação e ao estacionamento. E que, mais grave, o acesso ao local, tal como está hoje, implica a violação clara da sinalização rodoviária, nomeadamente a passagem por um sinal de trânsito proibido. Ou seja, para se aceder a um parque privativo num espaço público, é necessário incumprir o código da estrada. E que importa ainda recordar que a própria Presidente de Câmara no passado se manifestou publicamente contra o estacionamento nesse mesmo local, o que torna esta mudança de postura ainda mais difícil de compreender. E que no caderno de encargos do concurso público para a concessão do mosteiro ao hotel de 5 estrelas não constava qualquer referência a um parque privativo nesse espaço. De seguida

questionou quem autorizou a instalação desta sinalética e esta utilização do espaço Público? E se não foi o município, que medidas já foram tomadas para o impedir ou corrigir? E se foi, com que base e com que fundamentos ou deliberações formais, foi tomada esta decisão? De seguida propôs que o município crie um grupo de trabalho para a revisão integral da postura de trânsito do Concelho com 3 objetivos principais, avaliar a legalidade e conformidade da sinalização existente, garantir que todas as decisões sobre o espaço Público são tomadas com base em normas claras e aprovadas e desenvolver uma estratégia de mobilidade transparente, segura e acessível a todos os cidadãos e não feita à medida dos interesses pontuais. De seguida referiu que é positivo vermos projetos como o bairro comercial digital de Arouca, que promovem a mobilidade sustentável e a inovação no comércio local, mas que, no entanto, não podemos ignorar que, enquanto lançamos iniciativas modernas, persistem problemas básicos e graves no centro da nossa vila, que continuam por resolver como a situação insustentável em torno do hipermercado Pingo Doce, na Avenida 25 de Abril. E que embora o estabelecimento tenha um papel importante no abastecimento da população, as atuais condições de operação são incompatíveis com o crescimento urbano e colocam em causa a segurança e a mobilidade diariamente, assistindo-se a camiões de grande porte a manobrar em contramão, bloqueando o trânsito e colocando os peões em risco, ocupação do passeio e zonas de estacionamento com pallets de resíduos. Continuou referindo que há uma falta de sinalização adequada, ausência de fiscalização eficaz e a indignação da população tem sido visível sem que haja qualquer resposta por parte do município. E que sabe que o Grupo Jerónimo Martins manifestou disponibilidade para relocalizar o hipermercado e reorganizar espaço noutro setor, mas viu os seus projetos inviabilizados, por exigências municipais que considerou desproporcionadas. Referiu ainda que falou aqui nomeadamente de assuntos que envolvem um hotel de 5 estrelas e o Grupo Jerónimo Martins, porque parece que tomaram conta do espaço público do nosso município. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** referiu que sobre este assunto da sinalética da unidade hoteleira, está prevista amanhã uma reunião de Câmara e este assunto está para aprovação. De seguida referiu que desconhece qualquer projeto apresentado pela empresa Jerónimo Martins. ----------

----------Interveio o senhor **Rui Vilar** referindo que quanto às perguntas colocadas, não respondeu a nada. O que é que se passa com estacionamento junto ao Mosteiro? O que é que está a ser feito? Alguma coisa em relação ao que se passa diariamente à frente do Pingo Doce? ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que sobre estas questões de fiscalização, o senhor Vereador, certamente, está a articular com as autoridades para garantir que não há repetição daquilo que são as inconformidades. ----------

----------3.2 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 2.ª REVISÃO: ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma apresentação do documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

---------- Interveio, o senhor **Óscar Brandão** que referiu que não querendo colocar em causa a bondade do que está proposto, é seu entendimento que, quando esta Câmara Municipal, como qualquer Câmara Municipal apresenta estas alterações, é legítimo colocar algumas questões. E que tem certamente a ver o facto de esta proposta revelar ou não, falhas no planeamento. Que impacto é que terão no equilíbrio financeiro? E se as alterações mudam prioridades em prejuízo de projetos importantes, se houve transparência ou consulta pública? E que importa ainda questionar as eventuais motivações eleitorais. Se é comprometida a sustentabilidade futura do concelho ou se discrimina as freguesias e setores. Referiu ainda que o PSD estará atento a estas questões na defesa do rigor, da equidade e do interesse Público. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara,** referiu que é uma preocupação pertinente, mas esta alteração representa receita e é receita que vai entrar no município para determinada despesa e que, portanto, não vai interferir com qualquer outras opções. E que não tem qualquer interferência com outros projetos, nem põe em causa a sustentabilidade de outros projetos. ----------

---------- Posta à votação, por braço no ar, foi aprovada por maioria com uma abstenção. ----------

---------- **3.3 – ORÇAMENTO – 2.ª REVISÃO: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma apresentação da revisão do orçamento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

---------- Não havendo pedido de intervenção, foi posta à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção. ----------

---------- **3.4 – REGULAMENTO DA VENDA DE LOTES DE TERRENO E DE PRÉDIO URBANO DO LOTEAMENTO HABITACIONAL DA QUINTA DO CERRADO: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação do ponto em discussão. ----------

---------- Pediu para intervir o senhor Óscar Brandão, que referiu que este regulamento resulta de um posicionamento tecnocrático com fraca mobilização social, com ausência de debate público significativo e que durante o período de discussão ninguém se pronunciou. De seguida questionou a restrição de idade para acesso ao concurso, limitando a participação de quem tenha mais de 40 anos e que considera uma opção discriminatória, excluindo de forma cega casais, cidadãos com mais de 40 anos, que por razões de vida ou circunstâncias sociais procuram uma habitação condigna no concelho. Pessoas que aqui vivem, trabalham e contribuem para o tecido

social do nosso território, pessoas com gesto político simbólico, foram postas à margem. Não contesta obviamente a necessidade dos jovens, mas que não pode aceitar que se faça à custa da exclusão administrativa de quem é igualmente legítimo destinatário de políticas públicas de habitação. Sobre os critérios de atribuição de garantias dos imóveis que forem adquiridos, se serão efetivamente utilizados como habitação permanente, questionou quem é que vai fiscalizar efetivamente? E concluiu referindo que não pode deixar de lamentar o modelo de participação pública, que foi ineficaz, rejeita a discriminação etária imposta no regulamento e apela que se pense este instrumento como lógica mais aberta, participativa e socialmente mais justa. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que sobre a questão da idade, estão a majorar os jovens com idade igual ou inferior a 40 anos. Que há aqui um conjunto de requisitos cumulativos e caso não surjam candidatos que cumpram os requisitos referidos, para arrematação da totalidade dos lotes, a Câmara poderá admitir a concurso outros cidadãos e que, portanto, não está a excluir ninguém. E que terá que ser a primeira habitação, habitação própria. ----------

----------Pediu para intervir o senhor **Afonso Portugal** para referir que o programa que o Governo fixou há uns tempos atrás, que só acedem às casas e têm aqueles benefícios, os portugueses até 40 anos. ----------

----------Não havendo mais intervenções, foi posto à votação, por braço no ar, tendo sido aprovado por maioria com um voto contra. ----------

----------3.5 – DESAFETAÇÃO DO DOMINIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO DO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DA MATA – MANSORES: ----------

----------O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação do ponto em discussão. ----------

----------Não havendo pedidos de intervenção, foi posta à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com uma abstenção. ----------

----------Pediu para intervir o senhor Luís Almeida para fazer declaração de voto, referindo que terrenos cedidos ao município ou expropriados a privados, depois são novamente vendidos a privados. E que é só por isso que justifica a sua abstenção. ----------

----------3.6 – QUINTA DO REGUENGO (QUINTA SOCIAL COMUNITÁRIA) – APRESENTAÇÃO DO PROJECTO: ----------

----------Neste ponto o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara e à técnica do Município senhora Salomé Assunção que fizeram a apresentação deste projeto, recorrendo a suporte digital. ----------

----------Pediu a palavra o senhor **Artur Miller** que agradeceu a apresentação e referiu de seguida que é um projeto interessante e que gostou do enquadramento, que foi feito inclusivamente com a estratégia municipal

de saúde. De seguida referiu que sobre os Bairros Digitais, tal como neste projeto, teve que se candidatar e que as restrições estão diretamente inerentes ao projeto em si. E que aquilo que era a sua crítica base, era que muitas vezes temos projetos que se procuram pelo financiamento, seja através do PRR, seja através de fundos comunitários e que muitas vezes parecem mais desfasados de um planeamento, de uma estratégia. E que aquilo que se vê, de facto é, que este é um projeto que está enquadrado na estratégia municipal de saúde e que seria interessante incluir no relatório de atividade, para espelhar a evolução daquilo que são os procedimentos que estão a ser realizados, por exemplo, a contabilização do número de utentes. ----------

---------- Pediu a palavra o senhor **Pedro Sousa** que agradeceu a apresentação e, também, deu os parabéns à Câmara pelo projeto, que se enquadra efetivamente numa estratégia de ação social, que é cada vez mais visível nas suas diversas ações. Referiu que a equipa de ação social da Câmara claramente parece ser uma equipa muito ocupada, com muitos projetos e muita gente para tratar e que o impressionou o número de pessoas com este tipo de problemas que é quase 25% da população de Arouca. ----------

---------- Pediu a palavra o senhor **Artur Miller** questionando que, quando o financiamento terminar, de que forma vai dar continuidade a este projeto? Será possível obter essa informação? ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara,** referiu que não basta requalificar, construir paredes e que, portanto, há que dar seguimento aos projetos, estão a trabalhar no âmbito do 2030 e também a inclusão destas iniciativas. E que este acompanhamento pode estar integrado no projeto e que, portanto, é algo que as equipas estão a estudar para garantir que estes projetos têm continuidade para o futuro.----------

---------- **3.7 – INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CONHECIMENTO: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação do ponto em discussão. ----------

---------- Pediu para intervir o senhor **Óscar Brandão**, que referiu que estamos sobre um documento muito simples, houve um relatório anual, que foi apresentado aquando da Prestação de Contas, mas que a obrigação legal, na sua alínea d) do artigo 77, diz que deve remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo, informação sobre a respetiva situação económica e financeira. E isto surge em junho, referente ao último semestre de 2024 e que é estranho este desfasamento no tempo, porque, continuou, o que fazia sentido é que isto chegasse nos primeiros dias de 2025 ou nas primeiras semanas ou pelo menos até ao segundo mês. E não se compreende como é que chega quase com meio ano de atraso. De seguida referiu que o documento omite elementos essenciais sobre a dívida total e compromissos futuros e que falha na apresentação de comparações evolutivas com os anos anteriores, somente temos o ano 2023 e que tal impede de escrutinar devidamente o documento. E

que parece mais uma formalidade burocrática, que um verdadeiro instrumento de transparência e prestação de contas. -------- ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** referiu que para se fazer aquilo que é uma imposição legal e apresentar esta informação, só é possível depois de apresentação das contas, que foram feitas na altura em que foram apresentadas e que, portanto, só após as contas estarem fechadas é que é possível. Referiu ainda que isso é uma imposição da lei apenas para terem uma mera informação contabilística certificada, para vir a esta Assembleia e não é nenhum relatório de contas. Poderá ter havido algum atraso na apresentação, mas é verificado pelos serviços e tem que ir à reunião de Câmara e depois à Assembleia, mas que irá ver se poderá ter havido algum atraso na apresentação. ----------

----------**APROVAÇÃO DA MINUTA: ----------**

----------A Assembleia Municipal deliberou, após leitura e votação de braço no ar, aprovar por unanimidade, a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

----------E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 18 horas e 50 minutos. ----------

----------Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Geraldo Campas, que a redigi e a subscrevo. ----------